

A SUSTENTABILIDADE DO
ARTESANATO EM FIBRAS VEGETAIS
ESTUDOS DE CASO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Erika Matsuno Nakazono

Durante as últimas décadas, alternativas de uso das florestas tropicais com intuito de conservação do meio ambiente e da biodiversidade têm sido apoiadas através do incentivo ao uso de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). Os estudos analisados referem-se a iniciativas de artesanatos em fibras vegetais organizadas pela Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA), região do baixo Rio Negro, município de Novo Airão, Amazonas, e pelo grupo TucumArte, região do Rio Arapiuns, município de Santarém, Pará. O artesanato realizado a partir de práticas extrativistas viáveis mostrou-se bastante eficaz na composição da renda familiar. O principal impedimento ao desenvolvimento da atividade, no caso da AANA, é a proibição de extração do recurso natural em áreas definidas como unidades de conservação de uso indireto.

Contexto socioambiental

Desde a conferência sobre meio ambiente realizada em Estocolmo, em 1972¹, a questão ambiental passa a se configurar como tema central na discussão sobre desenvolvimento sustentável entre diferentes setores da esfera pública e privada. Em 1992, essa discussão é retomada durante a ECO-92², consolidando-se através da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)³. A CDB considera como prioridades a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos, reconhecendo uma comunidade como “local” ou “tradicional” e contribuindo para as discussões em torno do conhecimento tradicional. Passados 20 anos da realização da ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reuniu-se novamente no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho de 2012, na RIO+20, abordando como temas principais, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Para Lopes⁴, a problemática do meio ambiente se refere aos processos de “ambientalização” dos conflitos, manifestada por contradições, limitações internas, assim como por reações, contra-ataques, recuperações, restaurações e adaptações. Ou seja, o processo da “ambientalização” reflete uma interiorização da questão pública do meio ambiente, que se relaciona a uma nova questão social e uma nova questão pública, e também global.

Nas últimas décadas, alguns projetos de conservação do meio ambiente na Amazônia têm buscado a chamada sustentabilidade, através do apoio a iniciativas de comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). PFNMs são recursos que abrangem uma ampla gama de produtos florestais, com exceção da madeira em tora, como fibras vegetais, óleos, resinas, frutos, látex, plantas medicinais, sementes e alimentos, que são utilizados para a subsistência e/ou comercialização. Paralelamente, têm contribuído ao estímulo dessas iniciativas, a demanda de mercados ditos “ecológicos” e a promoção de produtos certificados ambientalmente.⁵

Como perspectiva de uso alternativo das florestas e afirmando direitos de uso dos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais⁶, a prática extrativista de PFNMs se caracteriza por formas de uso comum dos recursos, os *commons*. Segundo Ostrom⁷, os *commons* constituem recursos e espaços naturais coletivos que são apro-

¹ Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, junho de 1972, Estocolmo, Suécia.

² Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 13 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro.

³ Decreto nº. 2.519/1998 promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992.

⁴ LOPES, José, S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun. 2006.

⁵ SHANLEY, Patricia; PIERCE, Alan R.; LAIRD, S. A. & GUILLÉN, A. (Eds.). *Tapping the green market: Certification and management of Non-Timber Forest Products*. London: Earthscan, 2002. 456 p.

⁶ Decreto nº. 6.040 de 7/02/2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Art. 3º. - I: “Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

⁷ OSTROM, Elinor. Reformulating the commons. *Ambiente e Sociedade*, Ano V, n. 10, p. 1-21, 1º. Semestre, 2002.

priados e mantidos a partir de uma gestão comunitária regulada por normas e hábitos internos do grupo, expressando distintas e específicas formas de vida. Tais situações sociais podem assegurar a sustentabilidade de uma ampla gama de ecossistemas florestais e aquáticos.

A noção de uso comum pressupõe “recursos abertos”, em que não há uma pessoa beneficiária que mantenha o controle exclusivo do uso e da disposição dos recursos básicos para a comunidade.⁸

...uso comum significa liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria.⁹

A manifestação favorável dos membros das comunidades às regras de uso comum faz com que eles se mobilizem coletivamente para garantir a sua reprodução. O resultado consiste numa forma de manejo sustentável, porquanto articulada com um processo de produção permanente.¹⁰

As situações variam, sendo que alguns estudos têm enfatizado a importância de arranjos institucionais na regulação dos usos dos recursos e territórios. Em outras regiões florestais no mundo, como na Ásia e África, por exemplo, existem várias iniciativas locais configurando distintas situações de uso coletivo e manejo dos recursos naturais.¹¹

No caso da Amazônia, podemos destacar uma série de iniciativas sustentáveis empreendedoras por povos e comunidades tradicionais que apresentam reivindicações territoriais e lutas de afirmação identitária contra ações devastadoras do meio ambiente.¹² Os conceitos e percepções sobre a questão do meio ambiente variam enormemente entre os diferentes setores da esfera pública e privada, sendo observados diversos conflitos sociais entre povos e comunidades tradicionais e os grandes empreendimentos na Amazônia. Verifica-se, então, a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais que reivindicam o direito de uso dos territórios e dos recursos naturais¹³ através de processos de “ambientalização” distintos, que permitem analisar criticamente o quadro “natural” de cada contexto.

Resultados de pesquisas recentes já demonstram que a devastação de ecossistemas florestais associada à maior intensificação de queimadas e períodos de seca, causada pela expansão de atividades agrícolas e madeireiras, tem conduzido a mudanças no estoque de carbono e nos padrões regionais de precipitação e seus efeitos de alagamento, alterando os ciclos de energia e da água nas regiões do sudeste e leste da bacia Amazônica.¹⁴

⁸ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência. In: CPT, *Conflitos no Campo Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 64-71.

⁹ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Op. cit.*, p. 67.

¹⁰ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Op. cit.*, p. 68.

¹¹ GIBSON, Clark, C.; McKEAN, Margaret, A. & OSTROM, Elinor (Eds.). *People and forests: communities, institutions, and governance*. Massachusetts Institute of Technology, 2000. p. 274.

¹² ALMEIDA, Alfredo W. B. de & CARVALHO, Guilherme (Orgs.). *O plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório Comoval, UFPA, 2009. 248 p. (ver fascículos no site: www.novacartografiasocial.com).

¹³ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008. 192 p.

¹⁴ DAVIDSON, E. A. *et al.* The Amazon basin in transition. *Nature*, v. 481, p. 321-328, 2012.

¹⁵ Os critérios para criação de UC basearam-se nas regiões fitogeográficas da Amazônia, partindo de levantamentos realizados, por exemplo, pelo Projeto Radam sobre geologia, geomorfologia, hidrologia, solos e vegetação. Existem cerca de 478 UC federais e estaduais de proteção integral (UC de uso indireto), que totalizam 37.019.697 hectares, e 436 áreas de uso sustentável em 74.592.691 hectares (RYLANDS, A. B. & BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. *Megadiversidade*, n. 1. p. 27-35, 2005). As UC de proteção integral não permitem a presença de populações humanas residentes nos espaços delimitados pelas unidades. São eles: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre.

¹⁶ FARIAS Jr., Emmanuel de A. *Do Rio dos Pretos ao quilombo do Tambor*. Manaus: UEA Edições, 2013. 192 p. NAKAZONO, Erika M. Artesãos de arumã no baixo Rio Negro: Iniciativa artesanal da Associação dos Artesãos de Novo Airão. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de & FARIAS Jr., Emmanuel de A. (Orgs.). *Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 50-95.

¹⁷ Conforme LOPES, José. *Op. cit.*

¹⁸ Conceito apresentado em 1983, no Relatório da Comissão Brundtland: *O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.*

¹⁹ LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. & MACIEL, Maria L. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, Instituto de Economia, 2003. p. 528.

Mesmo algumas estratégias de conservação através da implantação de Unidade de Conservação (UC)¹⁵, tem-se configurado em cenários de conflitos, como se constata em algumas situações vivenciadas por moradores ao longo do Rio Negro quanto à desconsideração das comunidades tradicionais que residem e residiam nas localidades transformadas, hoje, em UC de uso indireto.¹⁶

Da mesma maneira que o termo “ambientalização” deflagra um neologismo para designar novos fenômenos ou novas percepções¹⁷, o termo “desenvolvimento sustentável”¹⁸ se caracteriza por conceitos contraditórios com relação as novas acepções de “preservação” e conservação de “ambientes naturais”. Sob a perspectiva do processo de “ambientalização” dos conflitos, a contraposição desses grupos sociais aos grandes empreendimentos econômicos – implantação de sistemas agropecuários, de usinas hidrelétricas e sistemas hidroviários, atividades de mineradoras, abertura de rodovias, entre outras –, evidencia a nova configuração da natureza a partir da defesa dos ambientes naturais por esses agentes sociais organizados de forma coletiva.

Em consonância aos dispositivos jurídicos conquistados, são vários os grupos sociais e/ou comunidades que fazem uso do direito da autoidentificação, orientado pelas formas de uso dos recursos naturais, hábitos e fatores étnicos que dão estrutura a sua forma organizacional. Esse direito não se restringe, portanto, a uma limitação espacial e geográfica. Os grupos sociais organizados passam a se apropriar do direito coletivo para realização de empreendimentos “sustentáveis”. Sob a perspectiva econômica podem ser caracterizados como pequenos empreendimentos locais.¹⁹

Iniciativas estudadas

Relacionadas a um processo de “ambientalização”, as iniciativas de artesanatos em fibras vegetais envolvem o uso comum de recursos naturais e de territórios tradicionalmente ocupados como uma estratégia de reconhecimento sociocultural e de visibilidade das formas extrativistas sustentáveis.

A produção de artefatos amplamente utilizados nas atividades econômicas familiares – para colheita e preparo da mandioca, na produção de farinha, utensílios de pesca e de caça, materiais para construção das casas, entre outros –, é também destinada para práticas comerciais. Através de uma diversificada gama de tramas e desenhos elaborados contendo colorações distintas, a simbologia de uma cultura

e/ou etnia é evidenciada e tornada “pública” por meio da venda dos produtos para outras regiões, reforçando o caráter de uma determinada identidade coletiva.

Os grupos estudados neste trabalho podem ser caracterizados como comunidades ribeirinhas agroextrativistas, que, mais recentemente, passaram a incorporar a autodefinição como artesãos. Por habitarem locais próximos aos rios, a pesca se apresenta como uma das principais atividades exercidas para o autoconsumo²⁰, coadunadas ao plantio da mandioca e à produção de farinha. Ambas as iniciativas aqui representadas correspondem a comunidades tradicionais, não indígenas, que constituem formas cooperativas de organização para a gestão de produção e comercialização do artesanato com fibras vegetais. Essas comunidades executam a extração de recursos naturais segundo sistemas de manejo que foram implementados a partir de projetos que atendiam à demanda de práticas sustentáveis. Ambos os grupos foram formados por volta de 1996: a Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA), região do baixo Rio Negro, Amazonas, e o grupo TucumArte, que faz parte da Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Urucureá (ASMOPREURA), Rio Arapiuns, Santarém, Pará.²¹ Resumidamente, existem variáveis comuns em ambos os processos: organização familiar e associativa, atividades extrativistas tradicionais, inserção de parceiros e instituições apoiadoras, mercado conquistado para os produtos artesanais, qualidade e aperfeiçoamento da produção, zelo pelo meio ambiente e reivindicações relativas aos direitos de propriedade e usufruto de recursos.

Os casos da AANA e do grupo TucumArte representam iniciativas que geram artesanatos em fibras vegetais, com principal destaque para as fibras de arumã e de tucumã, respectivamente. Ambas as iniciativas são compostas em sua maioria por mulheres, embora haja uma participação quase que exclusivamente masculina no caso da atividade de coleta de arumã. Para compreender melhor as formas de gestão dessas organizações extrativistas, tomei, como ponto de partida, a questão da viabilidade de um desenvolvimento comunitário baseado na produção e comercialização de artesanatos utilizando PFNMs manejados de forma sustentável.²²

Na promoção de projetos ditos “sustentáveis”, sustentende-se a emancipação dos grupos sociais organizados. Ou seja, tais projetos requerem desses novos “empreendedores locais” o controle sobre o uso dos produtos da floresta, considerando a necessidade de equilíbrio entre a demanda do mercado e a demanda ambiental.

²⁰ As atividades para o autoconsumo referem-se ao consumo da família, podendo o excedente ser comercializado. Geralmente, são sistemas produtivos bem adaptados à realidade das comunidades e à disponibilidade de recursos e de mão-de-obra. Assim, garantem-se condições regulares de alimentação, trabalho e, através de trocas ou comercialização, acesso restrito a bens de consumo.

²¹ Em 1996, formou-se um grupo de mulheres de Urucureá organizadas no “Núcleo Mulher Cabocla”. O nome TucumArte foi adotado recentemente, em 2005, como parte de uma estratégia para estimular a presença masculina e a consolidação de uma marca (NAKAZONO, Erika M. *O empreendimento local do artesanato em fibras vegetais, Amazônia Brasileira*. Belém, NAEA/UFPA, Tese (Doutorado), 2007. 312 p.).

²² NAKAZONO, E. M. *Op. cit.* As informações apresentadas neste trabalho foram obtidas nesta pesquisa de doutorado.

Vistos os aspectos históricos de controle político na Amazônia, baseados em formas econômicas desiguais através do controle do crédito e da imobilização da clientela pela dívida, é possível observar uma série de dificuldades enfrentadas pelos grupos quanto à capacidade organizativa e gestão dos empreendimentos locais. Verifica-se, em muitos casos, a incompatibilidade entre aspectos culturais de economias tradicionais e a economia de mercado.²³ Conforme Anderson & Clay²⁴, fatores como ausência de transporte e infra-estrutura adequada em regiões remotas e isoladas da Amazônia, pequena produção, sistema de crédito inapropriado, baixa capacidade administrativa e dependência de subsídios e interlocutores na gestão dos empreendimentos, ausência de subsídios e de políticas de desenvolvimento apropriadas aos produtos florestais da Amazônia, constituem os principais obstáculos socioeconômicos e ambientais para a comercialização de PFNMs.

Somado a isso, verifica-se que muitos dos projetos implantados sob o discurso do desenvolvimento sustentável, por diferentes instituições mediadoras e financeiras, acabam por reproduzir, porém com novos contextos, alguns padrões paternalistas nas formas de intervenção. Apesar da promoção gerada por diferentes instituições, torna-se evidente o emprego de termos apropriados pelos diferentes projetos para a arrecadação de recursos financeiros, tais como “sustentabilidade”, “comunidades locais”, “participação”, entre outros. A circulação destes termos por diferentes grupos de interesses, variando desde o discurso de povos e comunidades tradicionais até setores empresariais²⁵, dificulta o êxito de uma efetiva apropriação dos processos de capacitação e autonomia dos grupos sociais. Verificam-se, contudo, algumas formas cooperativas que obtiveram sucesso como, por exemplo, empreendimentos locais com óleo babaçu gerenciados pelas quebradeiras de coco babaçu.²⁶

A viabilidade do artesanato em fibras vegetais

A principal fibra utilizada pela AANA é obtida da tala de arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*, família Marantaceae). Essa espécie é usada na confecção do tupé²⁷ e de jogos de mesa, os dois produtos mais comercializados pela Associação (cerca de 80% da produção da AANA, em análise de 2007). Destacam-se também *paneiros*, cestos, balaios, bolsas, chapéus e luminárias feitos de cipó-ambé, (*Philodendron* sp., família Araceae). E, ainda, os cestos e abanos de tucumã. Já *tipitis*, para retirar a água da macaxeira e peneiras são confeccionados com outra espécie de arumã (*Ischnosiphon* sp.).

²³ RIBEIRO, Fábio A. N. *Parcerias comunidade-empresa na Amazônia Brasileira*. USP, Dissertação (Monografia), 2004. p. 73. p. 40-42.

²⁴ ANDERSON, Anthony B. & CLAY, Jason (Eds.). *Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis*. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2002. p. 202.

²⁵ ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. *Revista Tipiti*, p. 6-7, 2003.

²⁶ ALMEIDA, Alfredo W. B. de.; SHIRAIISHI NETO, J. & MARTINS, C. C. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luis: Lithograf, 2005. p. 186. SHIRAIISHI NETO, Joaquim. *Leis do babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006. p. 77.

²⁷ Tapete feito com tala de arumã trançada. Compõe-se de diversas tramas; nome dado aos desenhos de ascendência indígena, principalmente de etnias do Alto Rio Negro, região de Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira.

No trabalho das mulheres do TucumArte, a fibra mais utilizada provém da palha de tucumã (*Astrocaryum vulgare*, família Arecaceae). O artesanato em tucumã resulta em variados e criativos cestos, suporte para plantas, mandala, porta lápis, descanso de panela, jogo amazônico, dentre outras utilidades.

As duas iniciativas empregam estratégias de manejo que retiram, apenas e parcialmente, partes da planta, como folhas das palmeiras de tucumã, no caso do TucumArte; e talos (caules aéreos) das touceiras de arumã, no caso da AANA. Para ambos os casos, não foram observados impactos negativos sobre os estoques naturais dos recursos. No quadro apresentado em anexo, destacam-se alguns contrastes entre os dois grupos sociais estudados.

As situações analisadas evidenciam sistemas eficazes e com alto potencial econômico para as artesãs. A similaridade entre o modo de vida das famílias das artesãs, entre os grupos estudados, reforça-se pela importância do artesanato em fibras vegetais como fonte de renda complementar na economia familiar. Para as artesãs da AANA, cerca de 80% das famílias possuem renda acima ou igual ao salário mínimo. Já para as famílias do TucumArte, cerca de 50% possuem renda acima ou igual ao salário mínimo oficial do Brasil.

Ambos os empreendimentos se caracterizam como pequenos grupos, embora a estrutura gerencial entre os mesmos varie em grau de complexidade. A AANA, constituída legalmente como Associação, deve realizar a troca constante de sua diretoria interna a cada, pelo menos, dois anos. O caso do TucumArte se estrutura de forma mais simples. Sem a configuração de uma associação, as artesãs não precisam se encarregar de aspectos burocráticos, sobrando mais tempo para a atividade produtiva. A estrutura informal da diretoria não exige muitos esforços de seus membros, sendo que a principal função do grupo se concentra na comercialização dos produtos.

Em ecossistemas florestais distintos, os recursos arumã e tucumã apresentam diferenças biológicas e ecológicas, apesar de possuírem comportamentos de dispersão similares, principalmente no que se refere ao adensamento das plantas em ambientes de capoeira ou próximos de clareiras. A importância de ambientes perturbados, decorrentes da ação antrópica, é fundamental no desenvolvimento e adensamento das plantas estudadas (arumã e tucumã). Tais características são favoráveis ao manejo e atendem à produção de artesanato em pequenos empreendimentos. Porém, a

²⁸ Lei nº. 11.799, de 29 de outubro de 2008: Transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas, criada pelo Decreto nº. 86.061, de 2 de junho de 1981, em Parque Nacional de Anavilhanas.

²⁹ SCABIN, Andressa B.; COSTA, Flávia C. & SCHONGART, Jochen. The distribution of illegal logging in the Anavilhanas archipelago (Central Amazonia) and logging impacts on species. *Environmental Conservation*, 39(1):1-11, 2012.

³⁰ FOREST STEWARDSHIP COUNCIL ou, em português, Conselho de Manejo Florestal. O FSC é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações.

questão do direito de uso dos territórios, na região de Novo Airão, atravança os experimentos de formas inovadoras e eficientes para o uso de arumã. Em termos de gestão fundiária, o município de Novo Airão, está totalmente cercado por áreas de UCs, a saber: o “atual”²⁸ Parque Nacional de Anavilhanas, o Parque Nacional do Jaú, a (Área de Proteção Ambiental (APA) direita do Rio Negro e a Reserva Indígena Waimiri-Atroari. A impossibilidade de manejar os recursos naturais de forma sustentável, por povos e comunidades tradicionais, acarreta, muitas vezes, a exploração clandestina dos produtos florestais e aquáticos por pessoas que chegam de cidades próximas ou da cidade de Manaus (caça de animais silvestres, ação de madeireiros, tráfico de plantas medicinais e material genético). Vários problemas são evidenciados nas ilhas de Anavilhanas, principalmente pela ação devastadora da extração madeireira.²⁹

No caso da AANA, a recuperação da densidade inicial de arumã, para índices idênticos ao do primeiro corte é baixa e requer um tempo prolongado, inviabilizando a realização de ciclos de corte dos talos igual a três anos. Após sete anos de acompanhamento dos locais selecionados para o manejo de arumã, verificou-se que, para adequar a produção de artesanato à sustentabilidade extrativa de arumã, é necessário um número maior de locais de coleta, de modo a permitir a realização de um rodízio de igarapés que suporte ciclos rotativos de coletas mais longos. Além disso, fatores biofísicos, como a incidência de maior luminosidade solar e presença de água nos habitats dessa espécie, são fundamentais para o adensamento de talos nas touceiras de arumã. Ou seja, não é o impacto da atividade extrativista da planta que tem inviabilizado a produção de artesanato, mas sim, a interrupção ao acesso às áreas de extração pela atuação dos institutos ambientais.

Entre os casos analisados, AANA e TucumArte, verificam-se diferentes formas de apropriação de terras públicas. No ano de 2005, o território onde se localiza a comunidade de Urucureá tornou-se parte do Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande, iniciando uma discussão sobre os Planos de Utilização Territorial entre as várias comunidades. As duas reservas de tucumã, do grupo TucumArte, estão delimitadas na comunidade de Urucureá e são devidamente autorizadas pelas famílias residentes. Essas áreas também são certificadas pelo FSC³⁰.

A impossibilidade de acessar os locais de coleta de arumã nas ilhas de Anavilhanas afeta a disponibilidade de

- ³¹ GIBSON, Clark, C.; McKEAN, Margaret, A. & OSTROM, Elinor (Eds.). *People and forests: communities, institutions, and governance*. Massachusetts Institute of Technology, 2000. p. 274.
- EMPERAIRE, Laure & LESCURE, Jean P. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, L. (Ed.). *A floresta em jogo: O extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 139-148.
- ³² BENATTI, José H.; McGRATH, David G. & OLIVEIRA, Ana C. M. de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 137-154, 2003.
- ³³ SILVA, Adeilson L. *No rastro da roça: ecologia, extrativismo e manejo de Arumãs (Ischnosiphon spp., Marantaceae) nas capoeiras dos índios Baniwa do Rio Içana, alto Rio Negro, Manaus*. INPA/UFAM, Dissertação (Mestrado), 2004. p. 131.
- ³⁴ O Projeto Arte Baniwa tem sido uma iniciativa promissora com vistas a geração de renda para famílias indígenas. Através deste projeto, os Baniwa objetivam acumular experiências comerciais que poderão servir como referência para as outras 21 etnias que ocupam a vasta Terra Indígena do Alto Rio Negro. FOIRN/ISA; MEC/SEF. *Mapa Livro: Povos Indígenas do Alto e Médio Rio Negro*. Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Ensino Fundamental – SEF, 2000. p. 73-123.

Erika Matsuno Nakazono é bióloga, mestre em Ecologia, doutora em Ciências Socioambientais e professora e pesquisadora do Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido (CESTU) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia. arumanzal@yahoo.com.br

maiores estoques da matéria-prima, como também a qualidade desta para o processo de produção dos artesanatos de tupé. Para a produção anual de artesanatos do grupo TucumArte, os estoques naturais de tucumã indicam uma reserva considerável do recurso que atende a demanda do grupo, com possibilidade de dobrar a atual produção. O reconhecimento de um *status* fundiário estabilizado é indispensável para a viabilidade de sistemas de manejo³¹, do mesmo modo que requer, para a implantação dos mesmos, mudanças profundas na legislação e criação de novas instituições³².

Quando se impede o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados, inviabiliza-se a implantação de sistemas inovadores de manejo que possam ser integrados a estratégias mais concretas de conservação. Para algumas etnias indígenas, com territórios legalmente demarcados e reconhecidos, sistemas de manejo podem ser empregados e testados. É o caso, por exemplo, dos indígenas da etnia Baniwa, na bacia do Rio Içana. Com base em algumas pesquisas realizadas a partir do uso do recurso arumã (*Ischnosiphon* spp.) para produção artesanal de cestarias, os Baniwa pretendem conciliar práticas tradicionais de uso às estratégias inovadoras de manejo e sistemas de plantio. Conforme Silva³³, a prática secular dos Baniwa, na agricultura de corte e queima, produz efeito positivo sobre as populações da planta e a disponibilidade desse recurso para uso no artesanato³⁴.

Para ambos os casos estudados, a coleta de PFNMs não conduz à depredação total dos recursos *in situ*, uma vez associada à extração de folhas e talos, o que reforça a importância de atividades extrativistas desse tipo de recurso para povos e comunidades tradicionais.

O artesanato em fibras vegetais corresponde a práticas sustentáveis por agregar valor sociocultural aos produtos e melhorar a qualidade de vida das famílias através da comercialização e incentivo à produção do artesanato. Entretanto, está-se diante de uma estrutura gerencial diferenciada entre associação – AANA – e grupo – TucumArte –, livrando este último de exigências burocráticas administrativas (estatutos, reuniões ordinárias, conselho fiscal), necessárias para a manutenção de uma associação. Tal distinção permite constatar que os casos estudados referem-se a diferentes formas organizativas apropriadas às condições específicas, que caracterizam cada uma das unidades sociais em pauta.

ANEXO

Fatores da atividade do artesanato em fibras vegetais contrastados entre AANA e grupo TucumArte

Iniciativa	AANA – Associação dos Artesãos de Novo Airão – pessoa jurídica própria	TucumArte – pessoa jurídica da Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Urucureá (ASMOPREURA)
Coleta	Coletiva – “grupo de coletores” da AANA. Atividade exercida conforme plano de manejo para extração dos talos de arumã. Instrumento: terçado. Acesso restrito às áreas de ocorrência de arumã pelos institutos ambientais ¹ .	Individual – familiar. Manejo tradicional nas áreas demarcadas na comunidade para extração das “guias” – folhas jovens. Instrumento: terçado ou foice. Livre acesso aos locais de ocorrência do tucumã.
Áreas de Extração	Igarapés próximos ao município de Novo Airão: Dinheiro, Dinheirinho, Sucurijú e Água Branca. Os talos de arumã nos igarapés são mais finos e curtos do que nas ilhas das Anavilhanas.	Dois unidades de manejo do tucumã: Terra Preta e Boa Vista.
Beneficiamento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deslocamento ao igarapé de Novo Airão – aquisição dos talos coletados pelo grupo. Armazenamento de talos dentro d’água – “afogar” talos. 2. Desafogo e lavagem dos talos (retirada de cauxi). 3. Transporte dos talos do igarapé até as casas ou sede da AANA. 4. Raspagem dos talos para facilitar pintura; 5. Pintura dos talos (goiaba-de-anta, urucum, fuligem de lamparina). 6. Destalagem – processo para obtenção das talas. 7. Talas pintadas ou não tecidas em diferentes tramas e padrões. 8. Preparação do cipó-ambé – padronização da espessura do fio do cipó para fazer o arremate do tupé. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retirada dos espinhos das folhas no local de coleta e amarração em feixes para transporte. 2. Retirada das beiras das folhas e exposição no chão por 2 a 3 dias para secagem da palha. 3. Depois de seca, amarração em feixes para armazenamento das palhas. 4. Separação das palhas que serão pintadas com tinturas naturais produzidas pelas artesãs (várias cores).
Comercialização	Comercialização realizada na loja da sede da AANA em Novo Airão (10% para responsável pela venda) e através de encomendas que são enviadas para Manaus e outros Estados.	Comercialização realizada na loja do grupo na comunidade e através de encomendas que são enviadas para Santarém e outros Estados. 15% do valor vendido é destinado para um fundo social comunitário e 15% para a gerente de comercialização. Produtos certificados pelo FSC ²

¹ Planos de Manejo de Arumã protocolados: Processo nº 02005.003570/00-38 MMA/IBAMA – SUPES/AM, 13/nov./2000; Processo nº 02005.002322/01-41 MMA/IBAMA – SUPES/AM, 1º/jun./2001. Licença de Operação do IPAAM – Diário Oficial 2 de setembro de 2003, Licença de Operação nº 226/03 do IPAAM / Of. nº 1013/2002-DIEF/IBAMA/AM.

² Forest Stewardship Council (FSC) é uma entidade internacional que credencia organizações certificadoras de modo a garantir a autenticidade de suas declarações.